

TÍTULO

Documentação

OCIOAMBIENTAL

Fonte: *OSP (Espaço Aberto)*

Data: *8/8/2003* Pg. *A2*

Class. *181*

WASHINGTON NOVAES

Encruzilhada decisiva

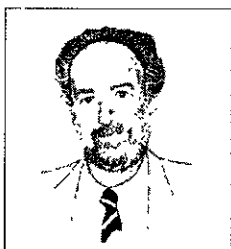
Talvez seja a encruzilhada mais crucial do último meio século. E do rumo a ser escolhido parece depender o que acontecerá ao País nas próximas décadas.

Nas próximas semanas, o governo federal decidirá o que será feito na Amazônia Legal no âmbito do Programa

Plurianual 2004/2007. Seja porque se trata da região do País com maior possibilidade de uma reversão favorável de rumos, seja porque o próprio modelo nacional de desenvolvimento está em jogo, o que acontecer ali dirá se continuamos a escolher para nós mesmos o papel de uma economia fundamentalmente exportadora – sem controlar os fatores que determinam a remuneração e os custos internos dessa opção – ou se optaremos por outros caminhos.

Conviria, por isso, que a administração federal se debruçasse sobre o que está escrito no relatório do Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do qual este jornal publicou um resumo no último dia 2. Está dito ali que as grandes obras de infra-estrutura programadas para a região tendem a aprofundar um modelo que não é o mais adequado a ela, não resolvem os problemas da imensa maioria de sua população – ao contrário, agravam-nos – e produzem um passivo ambiental indesejável. Além de consolidar a posição do País como exportador essencialmente de bens primários, sem considerar o que tem de mais valioso num momento em que se agrava o déficit planetário de bens e serviços naturais, em função de padrões globais insustentáveis de produção e consumo.

Detém-se o relatório em alguns macroprojetos, entre eles o complexo hidrelétrico de Belo Monte; no Rio Xin-



Muito além da Amazônia, o que está sobre a mesa é o modelo de país que se deseja

gu; a pavimentação do trecho paraense da rodovia Cuiabá-Santarém; o poliduto Urucu-Porto Velho; as hidrelétricas do Rio Madeira e hidrovias do sistema Madeira-Guaporé-Beni.

Com relação a Belo Monte, lembra que a primeira questão a ser respondida é a de quem se beneficiará do projeto. A ex-

portação de eletrointensivos (alumínio, ferro gusa, etc.), que hoje custa ao contribuinte/cidadão brasileiro dois terços do preço do KW gerado (fala-se que desde a inauguração de Tucuruí esse processo já custou mais de US\$ 2 bilhões em subsídios), para que se exportem esses produtos a baixo preço para países do Primeiro Mundo que não querem produzi-los, exatamente por causa de seus custos ambientais, sociais e energéticos? Esse projeto “atingiria 2 mil famílias, diretamente, e mais 200 mil indiretamente, além de afetar áreas indígenas”.

A pavimentação da Cuiabá-Santarém, “defendida principalmente pelo governo de Mato Grosso e pelos grupos privados ligados ao escoamento da soja”, tem “impactos de desmatamento e ocupação desordenada ao longo de seu traçado”. O poliduto Urucu-Porto Velho, embargado na Justiça (tal como Belo Monte), “por graves irregularidades no es-

tudo de impacto ambiental”, cortaria “520 km de florestas nas regiões mais preservadas da bacia do Purus e em proximidade de populações indígenas, algumas não contatadas”. E visa a abastecer com gás natural, subsidiado, uma termoeletrica em Porto Velho.

As hidrelétricas do Madeira e a hidrovia teriam como objetivo “estimular a produção de 25 milhões de toneladas/ano de soja no Brasil (destinadas à exportação), o que equivale a aproximadamente 80 mil km² de área de expansão da agricultura mecanizada” – por meio de “desmatamento ilegal e/ou de expulsão de agricultores familiares e populações tradicionais, em área considerada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico de Rondônia como destinada a extrativismo vegetal, manejo e unidades de conservação”.

Enquanto isso, lembra o relatório, não se completa o linhaô elétrico para ligar Rondônia a Mato Grosso e se obriga o consumidor a subsidiar o combustível fornecido à termoeletrica e a comprar compulsoriamente 85% de sua capacidade de geração. E não se destinam recursos ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, que poderia ser o caminho mais fértil para a região, conhecendo e apropriando sua extraordinária biodiversidade.

O Grupo de Assessoria Internacional faz uma série de recomendações que conviria à administração federal pesar cuidadosamente. Com um reparo: a sugestão de instituir um “pedágio amazônico”, cobrando dos

megaprojetos compensações ambientais, pode ser perigosa – pode levar ao mesmo processo em que governos estaduais e municipais no País já dão seu aval a projetos indesejáveis, porque aportam recursos aos cofres públicos.

Na verdade, estão em jogo questões que vão muito além da Amazônia. Está sobre a mesa o modelo de país que se deseja. Saber se se pretende permanecer no rumo definido há décadas, de exportadores de bens e serviços naturais, sem remuneração adequada (e com todos os ônus), e de importadores de bens tecnológicos aos quais se agregam todos os valores de quem os exporta (conhecimento, tecnologias, mão-de-obra cara). O resultado final é uma queda real praticamente constante da receita e agravamento da dívida, que se traduzem em sacrifícios cada vez maiores para a população – salários comprimidos, necessidade de superávit fiscal e contenção de gastos sociais, etc.

Uma das conseqüências desse modelo e de seus efeitos internos pode ser vista em estudo da Secretaria de Trabalho da Prefeitura de São Paulo (Estado, 1.º/8): em dez anos, a participação dos salários na renda nacional caiu de 44% do produto interno bruto para 36%. Isso significa, só em 2002, uma perda de R\$ 105 bilhões. Se se extrapolar as contas para o último meio século, vai-se ver que em 1950 os salários representavam 55% da renda nacional; perderam, portanto, um terço de sua participação. Se mantivessem hoje a participação de meio século atrás, valeriam, no conjunto, R\$ 726,55 bilhões, e não R\$ 475,7 bilhões, com uma perda de R\$ 250 bilhões anuais.

Que conseqüências está isso tendo também na economia, nas dimensões do mercado interno, nas possibilidades dos setores industrial, comercial e de serviços? Isso é o que está, na verdade, sobre a mesa, nas decisões a serem tomadas no âmbito do PPA.

